

FORMAÇÃO DOCENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: O LUGAR DAS VIVÊNCIAS LGBTQIA+ NA EDUCAÇÃO

Varlei Machado Da Rosa¹

Ivann Carlos Lago²

Palabras clave: formação docente; conservadorismo; LGBTQIA+; educação.

INTRODUCCIÓN

A formação docente no Brasil, com ênfase nas relações de gênero e sexualidade, tornou-se alvo do campo político marcado pelo avanço de narrativas conservadoras, que tentam silenciar e deslegitimar as vivências LGBTQIA+ no ambiente educacional. Por um lado, a Constituição Federal de 1988 e marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014) que afirmam o direito à inclusão e equidade. Por outro, no entanto, o avanço da onda conservadora busca limitar e interferir nos debates sobre diversidade de gênero e sexual, a partir de narrativas como a “ideologia de gênero”.

Diante disso, o estudo possui a seguinte pergunta condutora: como o avanço das narrativas conservadoras interfere na formação docente no Brasil, limitando a inserção das discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos e práticas pedagógicas?

Nesse contexto, presente pesquisa tem como objetivo analisar criticamente os desafios impostos na formação docente diante de um cenário marcado pelo conservadorismo. Para isso, utiliza-se de metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, tendo como técnica a revisão e análise crítica de documentos, livros, artigos científicos e legislações sobre a temática.

A relevância da temática consiste em compreender que a formação docente é fundamental para uma educação inclusiva e plural. Assim, incluir o debate sobre gênero e sexualidade nos currículos e formações de professores significa reafirmar o respeito, o

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, varlei.rosa@estudante.uffs.edu.br

² Universidade Federal da Fronteira Sul, ivann@uffs.edu.br

reconhecimento e a dignidade dos sujeitos LGBTQIA+ e defender a escola enquanto ambiente democrático e de acolhimento.

DESARROLLO

A formação de professores deve ser entendida como uma prática política, ética e social, articulada em prol de uma educação democrática e plural. Para Paulo Freire (1996) a educação precisa construir possibilidades e caminhos para a transformação social. Nesse sentido, ao excluir o debate sobre gênero e sexualidade, o sistema de ensino nacional não está sendo neutro, mas escolhendo reforçar a ordem compulsória da heteronormatividade, naturalizando as desigualdades e violências geradas contra pessoas LGBTQIA+.

A onda conservadora contra os temas ligados à diversidade sexual e de gênero, é mobilizada através de pânico morais, buscando articular narrativas em volta da “ideologia de gênero” e a destruição da família tradicional (Miskolci, 2018). César e Duarte (2017, p. 148) entendem que a “ideologia de gênero” busca “desmerecer e criminalizar a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual.” Nesse sentido, os pânico morais constituem-se como ferramentas para “promover uma mobilização rápida, apaixonada e imune ao debate.” Assim, são colocados em foco os medos e o pânico generalizado através da sexualidade desviante da heteronormatividade (Miguel, 2021, p. 06).

Na esfera educacional, a ideia de “ideologia de gênero” é tida como se a homossexualidade fosse forçada “entre as crianças, um delírio que nada tem a ver com os fundamentos epistemológicos que norteiam os estudos de gênero, mas representa uma arma ideológica poderosa para o amplo espectro dos fundamentalistas religiosos” (Gabatz; Angelin, 2022, p. 196).

No Brasil, essa prática se manifestou, por exemplo, na disputa que resultou no veto do material “Escola sem Homofobia” em 2011, e em projetos legislativos como a “Escola sem Partido”, que buscavam censurar o trabalho dos professores e cercear a liberdade de cátedra destes profissionais. Nesses casos, implicam-se na rejeição de políticas educacionais, assim como impor limites naquilo que pode ou não ser dito em salas de aula, características próprias de governos autoritários e ditatoriais.

O impacto desse apagamento e silenciamento é sentido no cotidiano escolar, conforme revela a Pesquisa Nacional sobre Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024), desenvolvida pela Aliança Nacional LGBTI+ (2025). De acordo com dados da pesquisa, 90% dos estudantes LGBTI+ sofreram agressões verbais em 2024, ligadas principalmente à orientação sexual. Além disso, 35% apontaram professores como agressores, o que demonstra a urgência de repensar a formação docente. Trata-se, portanto, de reconstruir uma formação a partir da pedagogia crítica, que enfrente as desigualdades e as violências sofridas por negros, LGBTQIA+, mulheres e demais grupos minorizados da sociedade.

RESULTADOS, AVANCES Y REFLEXIONES

Nesse debate, entende-se que a Constituição Federal de 1988 e os dispositivos legais da educação no Brasil, asseguram o direito à educação sem preconceito ou discriminações, prevendo metas e ações que promovam a equidade e a diversidade. No entanto, tais dispositivos encontram barreiras quando o avanço do conservadorismo deslegitima as políticas públicas voltadas para a diversidade.

Diante disso, Freire (1996) entende que educar também é um ato político, não podendo ser neutro. Dessa forma, a ausência de formação crítica sobre gênero naturaliza as práticas que excluem as pessoas não heterossexuais e, muitas vezes, transforma o professor em agente da reprodução dos preconceitos.

No ambiente educacional, essa realidade se expressa através de violências simbólicas até a evasão escolar. Ao ignorar as vivências LGBTQIA+, a escola rompe com a sua função social de promover a equidade e acaba reforçando a lógica da exclusão. Como lembra Freire (1996), na educação ou se está a favor da libertação e transformação, ou se colabora com a opressão. Nesse viés, quando docentes não recebem preparo adequado, a escola tende a se alinhar com o segundo caminho, transformando a diversidade em motivo de marginalização.

Os dados da Pesquisa já mencionada (Aliança Nacional LGBTI+, 2025), demonstram que a maioria dos estudantes LGBTQIA+ vive com insegurança no meio escolar, sendo que o índice é ainda maior entre estudantes transexuais. Além disso, 60% dos jovens transexuais apontaram já terem pensado em abandonar os estudos.

A pesquisa, portanto, não deve ser lida apenas como estatística, mas como impulso para debater a formação docente enquanto reprodução da própria função social da escola. Assim, é necessário dialogar com uma formação crítica e libertadora para tornar a escola um ambiente de acolhimento e reconhecimento da diversidade.

CONSIDERACIONES FINALES Y PROYECCIONES

A presente reflexão evidencia que a formação docente permanece atravessa por contradições desenvolvidas pelo conservadorismo. Embora as legislações estabeleçam o direito à educação sem preconceitos ou discriminações, a prática cotidiana mostra que a diversidade ainda se encontra em lugares periféricos na formação de professores. Essa lacuna, contribui para que as violências contra LGBTQIA+ continuem crescendo em todas as esferas sociais.

Diante disso, entende-se que a formação docente precisa ser concebida como uma política de consolidação de uma escola democrática e plural. Não se trata apenas de expor conteúdos curriculares sobre a diversidade, mas assumir a equidade como um princípio da própria prática pedagógica. Assim, a valorização das vivências LGBTQIA+ na educação é um elemento fundamental para a efetivação de um projeto educacional comprometido com a igualdade e a dignidade da pessoa humana, princípios constitucionais basilares da sociedade brasileira.

Financiamento: Grupo Carrefour

REFERENCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa nacional sobre bullying no ambiente educacional brasileiro**. Curitiba; IBDSEX, 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. Desvelando as disputas em torno da “ideologia de gênero” na atualidade. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v. 08, nº 01, 2022, p. 01-17.

MIGUEL, Luiz Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 17 ago. 2025.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.